

Jaime Cortesão.O escritor combatente na I Guerra Mundial e a defesa intransigente de uma república democrática e inclusiva

Jorge Pais de Sousa¹

Resumo

O objectivo deste artigo é analisar o comportamento, político e cívico, do historiador Jaime Cortesão que, a partir do exílio, renovou à época a História dos Descobrimentos e da Formação do Brasil. Numa trajectória de vida marcada pela articulação estreita entre a intervenção política e a actividade intelectual. Do estudante grevista em 1907, ao deputado do PRP/Partido Democrático, de Afonso Costa, que combate na Flandres como capitão médico voluntário e do qual nos deixou um impressionante testemunho político nas *Memórias da Grande Guerra* (1916-1919). Livro que marca o seu afastamento da vida partidária e constitui, no conjunto da obra de Jaime Cortesão (1884-1960), um ponto de viragem que inaugura a fase historiográfica. Outro segmento de acção política abre com a nomeação como director da Biblioteca Nacional em 1919, cargo de que é exonerado por participar no movimento “Reviralhista” de 3 de Fevereiro de 1927, no Porto, e que foi esmagado pela Ditadura Militar de forma sangrenta. Parte para o exílio e torna-se numa das figuras mais destacadas da oposição republicana democrática ao Estado Novo de Salazar até ao fim da sua vida.

Palavras-chave: República | Democracia | Ditadura | Literatura de memórias de guerra

Abstract

This article addresses the political and civic involvement of the historian Jaime Cortesão (1884-1960), who, from exile, gave a new breath to the History of the Discoveries and the Formation of Brazil. His trajectory was marked by a close interconnection between political engagement and intellectual activity: he was a student activist in 1907, a parliamentary representative of the PRP/Democratic Party led by Afonso Costa, a combatant in Flanders as a volunteer captain doctor. This experience was recorded in the impressive *Memórias da Grande Guerra* (1916-1919) [Memoirs of the Great War], a book that marks his withdrawal from party politics and represents a turning point in his work, inaugurating a phase dedicated to history. Another period of political involvement began in 1919 with Cortesão's appointment as director of the National Library, a position which he lost due to his participation in the democratic movement of opposition to the dictatorial regime that came to power in 1926 (known as “Reviralhismo”). The uprising in which he participated, on 3 February 1927 in Oporto, was bloodily crushed by the Military Dictatorship, and after this Cortesão went into exile and became one of the most notable figures of the democratic republican opposition to Salazar's New State until the end of his life.

Keywords: Republic | Democracy | Dictatorship | War Memoirs

E nas horas decisivas sabia marchar ao lado ou à frente dos outros, quer dando o exemplo da responsabilidade, em 1917, quer escalando a colina insurrecta, quer ainda, anos depois, tentando galvanizar as almas inertes e hesitantes, e derrubar a barreira das divergências, para servir sempre o mais alto dos fins.

José Rodrigues Miguéis

Este ensaio assinala o desaparecimento há 50 anos de Jaime Cortesão (1884-1960) e visa perceber as razões que estão na origem da mudança do seu comportamento político, cívico e intelectual, em resultado da participação como combatente na I Guerra Mundial e na decisão que tomou, no final do conflito, de se afastar da vida partidária. Noventa anos após a publicação das *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)* este livro apresenta-nos um notável testemunho histórico e político sobre aquele que, segundo o historiador Oliveira Marques, é o "período mais difícil da história portuguesa do século XX, o da guerra de 1914-18."² Por outro lado, a escrita deste livro assinala, no conjunto da obra de Jaime Cortesão, um ponto de viragem que anuncia e inaugura a obra do historiador.

Esta é uma trajectória política em que a experiência de guerra constitui um marco, ou charneira de articulação, entre o fechar de um primeiro segmento de vida como escritor e deputado do Partido Republicano Português / Partido Democrático (PRP/PD) - então dirigido por Afonso Costa - que tomara a decisão corajosa de se alistar como médico voluntário para combater na frente da Flandres, no Norte de França, entre 1917 e 1919.

Enquanto o segundo segmento do comportamento político e cívico do intelectual Jaime Cortesão é pautado: numa primeira fase, pela defesa de uma base social e partidária alargada de apoio à consolidação das instituições republicanas, enquanto director da Biblioteca Nacional, entre 1919 e 1927; e numa segunda fase em que se torna um opositor no exílio, entre 1927 e o final da sua vida em 1960, procura a unidade dos republicanos democratas à Ditadura Militar e ao Estado Novo de Salazar. Neste segundo segmento da sua trajectória de vida, a intervenção cívica, a oposição democrática e o trabalho intelectual como historiador – como autor que é de uma obra notável no domínio da História da Expansão Ultramarina e, em particular, no estudo da Formação do Brasil - são intencionalmente desenvolvidas e marcadas por uma extraordinária coragem política, coerência e determinação no plano da ética republicana.

1. Breve excurso biográfico - Oriundo de uma família burguesa, Jaime Cortesão nasce em Ançã no ano de 1884. Passa a infância e a adolescência numa propriedade do seu pai, médico e filólogo erudito, em São João do Campo, nos arredores de Coimbra, cidade onde faz os seus estudos liceais. O facto de possuir diversos talentos leva a que o jovem estudante hesite entre cursar Direito e Belas Artes. Opta por frequentar Direito na Universidade de Coimbra, mas dentro de pouco tempo abandona este curso e matricula-se em Medicina. Resolve depois transferir a matrícula para a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Aqui funda em 1907, com Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto, a revista anarquista *Nova Sylva*, onde publica os seus primeiros poemas e desenhos.

Em rigor, nasce para a política com a greve académica que eclode neste mesmo ano de 1907 e é durante o conflito que revela possuir uma personalidade forte e um carácter combativo, tal como aliás esta geração a que pertenceu. Na sequência dos contactos estabelecidos no Porto pela comissão grevista da Universidade de Coimbra e em que se destaca o também estudante de Medicina Fernando Bissaya Barreto, Jaime Cortesão toma parte na direcção da famosa greve académica antifranquista, que paralisou todo o ensino superior e contou com a solidariedade de muitos dos estabelecimentos de ensino liceal de todo o país durante dois meses, na qualidade de delegado da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.³ No ano seguinte, tem a seu cargo a missão política de estabelecer a ligação entre os republicanos do Norte e do Sul do país. Conhece Bernardino Machado e a sua personalidade causa-lhe uma funda impressão e influência sob o ponto de vista político - como se depreende da leitura do *Elogio Histórico de Bernardino Machado* que publicou muito mais tarde, em 1945, no Rio de Janeiro -, em consequência adere ao Partido Republicano Português (PRP). Matricula-se, em 1909, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e no ano seguinte finaliza o curso com 18 valores com a defesa, e a publicação neste mesmo ano em Coimbra, da tese *Arte e Medicina (Antero de Quental e Sousa Martins)*. Regressa em 1910 a São João do Campo, com o objectivo de ali exercer medicina. É preso pela primeira vez, mas será libertado na madrugada seguinte, pois entretanto foi implantada a República no dia 5 de Outubro.

No ano de 1911 apresenta a sua candidatura como deputado pelo círculo de Coimbra, mas não é eleito. Em Janeiro, casa-se com a sua prima Carolina Ferreira Cortesão e instalam-se na cidade do Porto. Resolve abandonar nesta altura a profissão de médico. É nomeado professor de História e Literatura do Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto. Destaca-se como principal impulsionador do movimento da *Renascença Portuguesa*, que se inicia a 1 de Janeiro de 1912, depois de se terem efectuado diversas reuniões preparatórias. Este

movimento cultural tinha subjacente um ideal nacionalista ligado, no plano literário e filosófico, ao neo-garrettismo e a um sebastianismo quase messiânico. A *Renascença Portuguesa* teve como principal mentor o poeta Teixeira de Pascoaes, sobretudo até 1916, com a sua teoria do *saudosismo*. Este influenciou outros poetas consagrados como António Correia de Oliveira e Afonso Lopes Vieira, mas também um núcleo de poetas novos como Augusto Casimiro, Afonso Duarte, Fernando Pessoa e Leonardo Coimbra. Como escreveu o próprio Jaime Cortesão, em determinados aspectos, a “Renascença Portuguesa representava a reacção contra a geração de 'Os Vencidos da Vida' - em que se incluíram Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, entre outros, e que pertenceu à chamada Geração de 70, onde pontificou Antero de Quental⁴ -, no que esta teve de céptica, pessimista e amarga.”⁵ Enquanto agrupamento de acção sócio-cultural, a *Renascença Portuguesa* que não era só composta por poetas integrou também escritores como António Sérgio e Raul Poença, os quais virão a opor-se ao ideal literário, político ou filosófico do saudosismo. A Renascença publicou, a partir de 1912, o primeiro número da segunda série da revista *A Águia*. Em seguida surge *A Vida Portuguesa*, quinzenário que funciona como órgão de imprensa deste movimento cultural e para cuja direcção Jaime Cortesão é escolhido. Colabora frequentemente numa e noutra revista. Segundo Cortesão, qual era o denominador comum que agregou homens de tendências tão díspares? A necessidade de “*dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana, que acabava de fundar um novo regime em Portugal.*”⁶ É de referir que na segunda fase de actividade do movimento da *Renascença* e a partir de 1916 será Leonardo Coimbra a figura mais destacada. Por esta altura, Jaime Cortesão torna-se também um propagandista do movimento das universidades populares. Inscreve-se graciosamente como professor da Universidade Popular do Porto, onde rege um curso de “História Pátria” e outro sobre “A vida e a obra de Camilo Castelo Branco”, além de realizar inúmeras conferências. Em 1913 publica no Porto o livro de contos *Daquém e Dalém Mar*. No ano de 1914 editam-se também naquela cidade, o volume de poesia *Glória Humilde*, e *Cancioneiro Popular* e *Cantigas do Povo* para as escolas, que organiza e prefacia. Neste ano, assume também a direcção de *O Norte*, um jornal diário afecto ao PRP/Partido Democrático, para levar a cabo a campanha intervencionista de Portugal na I Guerra Mundial. Em 1915, integra, com Alexandre Braga, a Junta Revolucionária do Porto inserida no movimento que derrubou a ditadura instaurada pelo general Pimenta de Castro, entre 25 de Janeiro e 14 de Maio. Na sequência da realização de eleições é eleito deputado pelo Porto PRP/PD.⁷ No ano de 1916, estreia-se como dramaturgo com a peça *Infante de Sagres*,⁸

primeiramente representada no antigo Teatro da República de Lisboa e depois editada no Porto.

2. As iniciativas políticas do escritor e deputado Jaime Cortesão para alargar a base política e social dos governos da União Sagrada

Na tese de doutoramento que escrevemos, e a propósito da intervenção de Portugal na I Guerra Mundial e da leitura das *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)* de Jaime Cortesão,⁹ considerámos que a actualidade deste livro reside no facto do seu autor ter confrontado à época o leitor e a história das ideias políticas, pela primeira vez, com dois projectos antagónicos de República, o ditatorial e o democrático, que então se defrontaram na “frente interna”. Isto num momento dramático, ao nível da condução do esforço de guerra, em que cerca de 100 mil portugueses se batiam em armas nas duas “frentes externas”: a africana e a europeia.

Na sua génese, o livro começou a ser escrito na frente de combate da Flandres. No entanto, Cortesão perdeu grande parte dos apontamentos e dos desenhos que escrevera e esboçara para este livro - compulsando as suas páginas constatamos hoje os diferentes talentos de que era possuidor - durante a batalha de La Lys, que teve lugar a 9 de Abril de 1918, pelo que se viu obrigado a reescrevê-lo para conseguir publicar o livro no Porto, ainda no ano de 1919, com a chancela da “Renascença Portuguesa”. O autor dá-nos conta deste facto no prefácio, ao explicar a razão por que, no seu entendimento, o livro vinha tarde e porque é que ele se pretende instituir como um testemunho da verdade dos acontecimentos políticos que ele conheceu e viveu. É que, no final da I Guerra Mundial, o esforço de guerra português foi muitas vezes deturpado ou desvalorizado. A propósito, pode ler-se nele:

Este livro vem tarde.

A guerra e as prisões (a guerra sempre) não me deixaram forças para fazê-lo antes.

A própria violência da guerra atingiu esta pequena obra na sua primeira forma.

Durante as horas serenas ou terríveis da França eu o tinha apontado com a pena e com o lápis, escrevendo e desenhando. Perderam-se esses apontamentos na batalha do Lys, ficando-me apenas alguns poucos que enviara para Portugal. Foi com eles e com restos de cartas e recordações que eu reconstitui o perdido, e rascunhei de novo as minhas memórias. (...)

Direi apenas o que vi e ouvi. Sofri demais para poder mentir. O sentido da verdade e a coragem de a dizer são as maiores conquistas que esta guerra deu aos que nela mergulharam a fundo. Por isso me rio tristemente tanto dos que, sem terem posto um pé numa trincheira, querem contar a guerra, como daqueles que tendo lá estado venham para público, penteados e lustrosos, na sua fatiota de heróis, poisar para a galeria.¹⁰

Livro que, como dissemos, representa um ponto de mudança e de charneira no conjunto da sua obra literária e historiográfica, porquanto encerra a fase em que arrancara como poeta e ficcionista – marcada, segundo Óscar Lopes, por um conjunto de tendências novi-românticas -, em que se destacam o livro de contos *Daquém e Dalém Morte* (Porto, 1913) e o volume de poesia *Glória Humilde* (Porto, 1914) e, ao mesmo tempo, inaugura a fase em que trará à historiografia portuguesa um novo estilo de análise e de síntese, sobretudo a partir do ano de 1922, com a publicação do livro *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*,¹¹ Este foi também o ano em que integra a comitiva oficial que vai ao Brasil, com o presidente da República António José de Almeida, por ocasião da comemoração do I Centenário da independência deste país.¹²

Porém, o que as *Memórias* de Jaime Cortesão trazem de novo para este tipo de literatura cultivado por muitos dos antigos combatentes dos países beligerantes é que ultrapassam os moldes do trágico e do acontecimento vivido no difícil quotidiano das trincheiras e, ao contrário da maior parte deste tipo de registo memorialístico publicado em Portugal, interessam, sobretudo, como um importante testemunho de episódios políticos da época, além de, claro, estarem primorosamente bem escritas.

O facto de Jaime Cortesão ser deputado do PRP/PD, pelo círculo do Porto, e sustentar no Congresso da República a política intervencionista que os dois governos da *União Sagrada* desenvolveram, permitiu-lhe viver e relatar alguns episódios de carácter político muito importantes aos quais a historiografia não tem prestado, no nosso entendimento, suficiente atenção.

Talvez por isso, o livro, propriamente dito, abre com uma referência a uma entusiástica e patriótica sessão na Câmara dos Deputados que se seguiu à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, ocorrida a 9 de Março de 1916, na sequência da qual o então deputado da bancada dos democráticos toma a decisão de se alistar como médico voluntário para ir combater na Flandres.

No dia seguinte, escreve ao ministro da Guerra, Norton de Matos, a dar conta desta sua importante resolução cívica e política.¹³ Pensamos que este acto confirma duas coisas.

Primeiro, Jaime Cortesão possuía de facto uma personalidade forte e generosa, além de ter um carácter combativo. No fundo, traços de personalidade que já se haviam evidenciado na juventude durante os acontecimentos da greve académica de 1907 e que se tornariam uma constante na sua trajectória política, na medida em que, a partir de 1927, e até ao fim da sua vida se tornou um opositor democrático à Ditadura Militar e ao Estado Novo

de Salazar, mas não sem desenvolver em paralelo uma importante obra como historiador.

Segundo, em termos estritamente políticos e na sua qualidade de deputado do PRP/PD, revela conhecer e ser consequente com o princípio clausewitziano – em vigor na formação que era ministrada nas academias militares europeias no período que antecedeu a eclosão do conflito –, segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios.

Importa recordar que, nesta altura, a I República tinha já 50 mil homens expedicionários a combater na frente africana, desde o Verão de 1914, em Angola e Moçambique, e propunha-se preparar e enviar para a Flandres um contingente semelhante. E os democráticos eram desde o estalar da guerra e com o seu regresso ao poder a partir de 14 de Maio de 1915 – pondo termo à ditadura do general Pimenta de Castro –, enquanto o principal partido português, os mentores de uma forte e coerente intervenção de Portugal no palco de guerra europeu, como forma de beneficiar das contrapartidas financeiras que resultariam das indemnizações de guerra e, desta forma, modernizar em definitivo a sociedade portuguesa.¹⁴

Outro aspecto em que este livro de memórias se revela importante é que o seu autor revela ter consciência, desde o início do conflito, enquanto intelectual e deputado que era, de esta ser a primeira guerra *moderna total*. Ou seja, um dos factores fundamentais para um país ter êxito na frente de batalha era mobilizar também a “frente interna” e, neste sentido, ganhar a opinião pública para o esforço de guerra. Como? Através de um esforço incomparável, em termos de história militar, ao nível da propaganda intervencionista. Foi a chamada “guerra de gabinetes”.

E Jaime Cortesão participa, activamente, no esforço de propaganda a favor da intervenção de Portugal ao lado da Inglaterra na I Guerra Mundial. E escreve, expressamente para esse fim, a pedido do ministro da Guerra Norton de Matos, a *Cartilha do Povo*. Esta foi publicada no Porto com uma tiragem de 100 mil exemplares e o mais curioso é que hoje é muito difícil encontrar esta publicação. Importa ter presente que, segundo o censo de Dezembro de 1911, em 6 milhões de portugueses 75% eram analfabetos. Assim, não admira que *Cartilha do Povo* tenha sido lida em voz alta para os soldados, e até representada. São também de Jaime Cortesão estas palavras em matéria de propaganda:

Oh! Por mim não se dirá que não cumpri o meu dever.
De combinação com o ministro da Guerra escrevo a *Cartilha do Povo*
para o soldado. Mas o plano fica em meio. Por minha culpa? Não.¹⁵

Enquanto deputado do PRP/PD - então um dos partidos que, conjuntamente, com o Partido Republicano Evolucionista (PRE) criou uma coligação de governo que tinha o apoio

no parlamento da União Republicana de Brito Camacho, a qual ficou também conhecida como *União Sagrada* à semelhança da experiência política de guerra dos governos franceses - usa da palavra no parlamento, a 20 de Maio de 1916, para interpelar o presidente do ministério, o evolucionista António José de Almeida, no sentido de alertar para a necessidade de o governo fazer um esforço maior de propaganda na frente interna, à semelhança, aliás, daquele que faziam os outros governos aliados.

E o deputado, apologista do que o **“Povo só aprende olhando”**¹⁶, termina a sua intervenção parlamentar alertando para o facto vital numa democracia em guerra do seguinte:

Em todos os países e em todos os tempos foi necessário para boa marcha dos negócios públicos uma estreita solidariedade entre governantes e governados. Essa necessidade avulta nas democracias e torna-se indispensável para a realização de factos como aquele que hoje o nosso brio exige. Essa solidariedade deve estabelecer-se com mostras da mais carinhosa atenção por parte do governo. Que o nosso soldado saiba por que motivos sagrados é que lhe exigem sacrifícios e que tenha também a certeza de que o seu governo, enquanto ele combater, vela carinhosamente pelas suas famílias. Só assim se estabelecerá o estado de graça e de fé que nos leve à luta e à vitória.¹⁷

Entre Fevereiro e Agosto de 1917, Jaime Cortesão vinha refazendo nos hospitais a sua educação médica, enquanto exercia as suas funções de deputado e aguardava a sua mobilização como capitão médico voluntário para o Norte de França. Recorde-se que a partir de Janeiro começara o embarque das tropas portuguesas para a Flandres.

É neste sentido que nos dá conta da sua enorme preocupação política que resulta do facto de, em pleno processo de mobilização e treino das tropas já em território francês, estalar no mês de Abril uma crise política que terminara com o primeiro governo de coligação da União Sagrada e a consequente saída do ministério dos elementos do PRE, embora estes continuassem a garantir o apoio político no parlamento. A este propósito escreveu que um ministério partidário nesta conjuntura de guerra, consistia no “mais desastroso erro político para a vida nacional”, o qual era cometido a “favor dos inimigos da guerra.”¹⁸

E não se enganava, é que o novo governo da presidência de Afonso Costa teve de enfrentar no mês de Maio seguinte, um gravíssimo e desastroso conflito, o dos assaltos em massa aos estabelecimentos de víveres em Lisboa. No fundo uma grave crise de subsistências que o

governo teve de enfrentar nas ruas usando da repressão, que se traduziu em feridos, mortos e na suspensão das garantias constitucionais. Estes acontecimentos trouxeram fortes antipatias a Afonso Costa junto das classes populares e ampliaram as vozes do descontentamento dos antigueristas.

Dentro do Partido Democrático e do seu grupo parlamentar vários deputados se apercebem do perigo que se aproxima. No início, embora receando as acusações de indisciplina e traição, Jaime Cortesão, José Ferreira da Silva e António da Fonseca, resolvem escrever um documento para entregar a Afonso Costa, presidente do 2.º ministério da *União Sagrada* e líder dos democráticos. O texto da mensagem, que data de 15 de Junho de 1917, está reproduzido no livro e chegou a recolher as assinaturas de vinte e tal deputados. No essencial pede e cito:

[A] Constituição imediata de um governo nacional em que sejam representadas, quanto possível, as correntes partidárias e as classes produtoras, de modo a assegurar às medidas governativas o apoio daqueles a quem compete a sua realização (...)

[O] Estudo e revisão dos problemas actuais, particularmente no que respeita ao esforço militar português e às garantias ou compensações internacionais correspondentes, em harmonia com a necessidade imprescindível de assegurar a vida financeira do País e de promover desde já e mesmo à custa de imediatos sacrifícios financeiros, o seu desenvolvimento material e moral.¹⁹

Todavia, e prevendo que um documento desta natureza pudesse originar uma crise política e suscitar até uma moção de desconfiança no parlamento que culminasse com a queda inesperada do governo, o deputado António da Fonseca foi mandatado para sondar os unionistas, neste caso, o deputado José Barbosa, sobre a possibilidade de formar um governo nacional com a sua cooperação, mas sem êxito. Nem por acaso, sabemos hoje que a União Republicana (UR) de Brito Camacho, que se auto-excluía dos dois governos da União Sagrada, estava envolvida na conspiração e nos preparativos para o golpe de Estado que se ia preparando nos bastidores.²⁰

Entretanto, Afonso Costa, informado sobre as movimentações dos seus deputados, resolve antecipar-se para lhes colocar termo e suscita a questão em reunião do grupo parlamentar. Jaime Cortesão acaba por nem conseguir entregar a mensagem que tinha em mãos. Reunião em que o deputado João de Deus Ramos expõe a ideia da formação de um

governo “*nacional*, em que tivessem representação todos os partidos republicanos e ainda outros elementos extra-partidários, de reconhecido valor económico e social, que acatem a bandeira da República”²¹. Outros deputados usaram da palavra como Ramada Curto, Alberto Xavier e o próprio Jaime Cortesão que alerta Afonso Costa para a necessidade de alterar a sua política financeira e defende a formação do tal governo nacional que deveria ter:

...representantes não só dos partidos republicanos, como das classes operárias, indo eu até pronunciar-me pela entrada no Ministério dum católico, dos que se afirmavam neutros em matéria de política. Um governo assim teria a confiança da Nação e ainda, quando os unionistas teimassem no seu alheamento, com a representação restante ele tornava, só por si, impossível qualquer tentativa revolucionária. Eram necessárias pesadas concessões? Tudo era preferível à intranquilidade e à perspectiva dum desastre interno.²²

Em suma, o deputado Jaime Cortesão alerta Afonso Costa, com toda a lealdade de um correligionário político e olhos nos olhos, para a necessidade deste mudar a política do governo dos democráticos, pois, em caso contrário, ele “terminaria com uma revolução”.²³

O líder dos democráticos ouviu os deputados “rebeldes” e usa depois da palavra para os atacar no seu ponto mais vulnerável. Uma iniciativa interna desta natureza para a formação de um governo nacional, representaria um cheque no governo e no partido e seria a confissão pública de incapacidade e “desautoração suprema dadas as responsabilidades gravíssimas assumidas no problema da guerra.”²⁴ A verdade é que o poder de argumentação e de persuasão de Afonso Costa desarmou, com alguma facilidade, aquela iniciativa de alguns dos deputados democráticos. Jaime Cortesão ainda procurou resistir mas em vão. E, ironia da história, Afonso Costa inverteu completamente a atitude dos deputados e sai em ombros da sala:

E era de ver o vencedor radiando alegria triunfante. Abraços, cumprimentos, risos. E, ao cortar a sala, ei-lo, pára na minha frente, poisa-me a mão no ombro e sai-lhe, na efusão da vitória, a modos de balanço final:
Este é o mais ingénuo...²⁵

Após este episódio político ocorrido no grupo parlamentar dos democráticos, Jaime Cortesão sente-se vencido, mas não convencido. E, na verdade, a greve da construção civil que vai ter lugar no mês seguinte, em Julho daquele ano da guerra de 1917, veio dar-lhe mais

razão, no que respeita ao cavar do divórcio entre o governo e determinados sectores da população. Porém, chegara o momento da mobilização e o deputado, médico e combatente voluntário, vai despedir-se ao ministério da Guerra do então major Norton de Matos. Este último, contra tudo e contra todos, colocara em França um exército pronto a cooperar no esforço de guerra dos Aliados (2 Divisões que totalizavam 55 mil homens e mantinha igual efectivo de combatentes na frente africana de Angola e de Moçambique). E isto durante dois anos e meio, ou seja, o tempo em que foi nomeado ministro da Guerra em Julho de 1915 e o do golpe de Estado sidonista de Dezembro de 1917. Norton de Matos que, no dizer de Oliveira Marques, aguentou o pesado fardo governativo durante aquele que foi o "período mais difícil da história portuguesa do século XX, o da guerra de 1914-18."²⁶

3. O golpe de Estado de Dezembro de 1917 e o triunfo da política de contramobilização, que depôs o 2.º governo constitucional da União Sagrada

O autor das *Memórias* dedica, em seguida, cerca de 50 páginas para descrever a viagem que efectuou de comboio - bem como os outros oficiais do Corpo Expedicionário Português (CEP) -, entre Lisboa e a cidade de Lille, além de nos transmitir nelas um testemunho humano do ambiente vivido na frente de combate e nas trincheiras da Flandres francesa. Isto entre o mês de Setembro – que corresponde ao mês da sua chegada à linha da frente - e a viagem de volta a Lisboa, no início do mês de Dezembro de 1917, aproveitando o facto de o seu batalhão ter vindo para a retaguarda descansar.

E qual a razão que leva o capitão médico voluntário Jaime Cortesão a fazer esta viagem de regresso a Lisboa? Uma vez mais, uma razão política e o imperativo moral de consciência cívica no exercício pleno da cidadania republicana. Com efeito, no final do mês de Novembro os deputados que combatiam voluntariamente no CEP reuniram e resolveram viajar para Portugal, pois todos concordavam que havia defeitos e erros graves a corrigir na organização do corpo expedicionário. Além disso, tinham assentado na necessidade inadiável de fazer substituir o governo. Jaime Cortesão hesita em fazer esta viagem, pois tem dúvidas sobre a eficácia da iniciativa. Tinha, ainda, presente a sua experiência e a dos deputados do seu grupo parlamentar, em Junho último, que havia sido prontamente neutralizada por Afonso Costa. Porém, e depois de ponderar muito, escreveu:

Não. Quero ter mais tarde o direito de falar. Resolvo partir.²⁷

Veja-se agora a oportunidade e a importância do seu depoimento para quem chega a Lisboa no final em curso de um golpe de Estado e percepção a mudança de atmosfera e,

consequentemente, a futura alteração na condução da política de guerra portuguesa. Por outro lado, depois de saber da prisão do presidente do ministério deposto escreve de imediato a Afonso Costa a manifestar a sua solidariedade porque, independentemente de ter sido um crítico lúcido e responsável quanto à composição política do governo da *União Sagrada*, este havia sido afastado ilegitimamente do governo, como resultado também da suspensão da Constituição de 1911. Precise-se que Afonso Costa estará preso durante três meses em Elvas, e nunca foi julgado, até partir para o exílio em Paris. Recorramos, no entanto, às palavras de Jaime Cortesão que percebem a tal mudança de ambiente político em Lisboa e também nos transmitem a leitura em França da situação política portuguesa, sendo que se trata de um longo e significativo trecho:

Fui o último ou um dos últimos a seguir. Quando cheguei a Portugal, a 10 do mês, a tragédia consumara-se. Volvidos três ou quatro dias, o indispensável para descansar, apresentei-me no Quartel-General da Divisão em Coimbra, pedindo guia para regressar imediatamente à França.

Iam comunicar para Lisboa a minha estada e eu receberia ordens a seguir. Em Lisboa, esqueceram-se, burocraticamente, de responder ao telegrama. Tive que insistir e reinsistir no Quartel-General pelo pedido da resposta, que afinal sempre veio, mandando-me regressar imediatamente a França. Todavia mandaram-me seguir para Lisboa a fim de regular certas formalidades de itinerário e passaporte.

Chegado aí, reconheci melhor o espírito que vencera a revolução e agora se mostrava às escâncaras. Vencera a mancomunação das forças mais antagónicas, que se mascaravam inabilmente para esconder os desejos e pensamentos inconfessáveis que havia. **O partido democrático cometera erros? É certo. Não eram tantos que contrabalançassem os inconvenientes gravíssimos duma revolução naquela altura, fosse ela a mais bem intencionada. Uma única razão de carácter político, tomando esta palavra no sentido mais restrito poderia atenuar o criminoso movimento: era a convicção em que estavam o seu primeiro chefe e por certo muitos que o ajudaram ou favoreceram de que a Alemanha venceria (...)**

De qualquer dos modos, os defensores da nova situação dividem-se em dois grupos, pecando ambos por um excesso, ainda que de natureza diferente. Uns, por excesso de fé na vitória da sua causa política, inevitavelmente perdida, tanto é contrária ao sentido mais profundo da civilização humana [os monárquicos]; outros, os republicanos, por falta de fé na sua causa, que julgam comprometida com o poderio da Alemanha.

Muito antes da minha partida para a França, eu sabia pelo Dr. Augusto Soares, naquela altura ministro dos Estrangeiros, que o nosso ex-ministro na Alemanha [o major doutor Sidónio Pais], então de regresso, trazia a convicção de que o grande império não podia ser vencido.

O amor ou o receio da Alemanha, ambos servidos pelo ódio político e aproveitando-se do medo à guerra, que se explorou com promessas torpes, eis o que é essencial neste movimento. O resto são palavras para esconder a verdade.

A contra-prova venho encontrá-la em Lisboa. Nós os que estamos em França somos olhados com desdém, quando não é com desprezo. Dizem-nos com o ar mais natural deste mundo as coisas mais afrontosas (...)

Generalizam a todos as comodidades ou os erros de alguns; atiram-nos à cara o dinheiro que ganhamos; e declaram-nos sem reboços não acreditar nos perigos da nossa guerra, insinuando, com pancadinhas maliciosas no ombro que 'aquilo é uma pândega'.

Isto vai a termos que duas pessoas cultas e de categoria, contando-me os horrores do bombardeamento pelo 5 de Dezembro, me afirmaram que nunca nós em França sentimos coisa que se comparasse!!!

Ao meu sorriso responderam, teimando, com cólera indignada.

Mais tarde, duma testemunha presencial, das que combateram os revolucionários, ouço a afirmação convicta de que no próprio dia em que as forças governamentais retiraram do Rato, os revolucionários facilmente teriam sido vencidos, se uma coluna os ataca de frente, cara a cara, com energia (...)

A mesma testemunha, que fazia parte dessas forças, ali propôs aquele alvitre, chegando a perguntar se alguém o queria acompanhar naquele ataque... Os chefes eram de opinião contrária.

A honorabilidade da testemunha, o alferes miliciano e voluntário Joaquim Ribeiro, que viera de França, alguns dias antes, na sua qualidade de deputado e que tomou uma parte muito activa no ataque à Rotunda, dá valor ao depoimento.

Parto, mas, antes de partir, escrevo ao Dr. Afonso Costa para o forte de Elvas, afirmando-lhe a minha indignada revolta contra o procedimento havido com ele e oferecendo-lhe a minha solidariedade para a defesa dos altos princípios, pelos quais ambos tínhamos combatido. Eu sei que as suas cartas são todas abertas e que isto bastará para definir uma atitude, o que não faço publicamente para não dar ensejo a alguma violência que me prive de retomar imediatamente o meu nobre lugar nas linhas (...)

Pressinto que o nosso grande esforço em França vai sofrer muito no seu valor e significado. E quantas consequências pode essa transformação acarretar no futuro?

Ao chegar a França e especialmente em Paris, encontro ali nos olhares, na frieza das palavras, e em certa propositada desatenção, o mesmo desprezo por nós que me vexava na minha Pátria.

Mudou completamente a atmosfera de simpatia em que nos envolviam. Todavia aqui a causa é diferente. Lendo os jornais, logo a presumo, e, falando com alguns compatriotas, ratifico as minhas suposições.

Tanto mais que um camarada – o Joaquim Ribeiro, que viera alguns dias antes de mim, teve a explicação directa e inequívoca desse desprezo. Estava ele nas Galerias de Lafayette, a olhar o mapa da guerra. Um homem parou também e perguntou a um segundo espectador

que procurava ele na carta. Ao que ele respondeu, de olhos no português, com aquela clareza do pensamento e do verbo, tão próprias do seu génio nacional:

– C'est la prise de Lisbonne par les Allemands.²⁸

4. A Batalha de La Lys, ou o “Alcácer-Quibir” do CEP, e a repressão sidonista

Com escreveu Jaime Cortesão, a 9 de Abril de 1918 o CEP conheceu e experimentou na Flandres o “Alcácer Quibir” da época contemporânea. Ao passar em revista os acontecimentos políticos da época e ao olhar para os testemunhos dos antigos combatentes que intervieram em La Lys, não nos restam dúvidas que foi o triunfo do golpe sidonista em Lisboa que conduziu à criação das condições objectivas para inverter a política guerrista – formal e materialmente desenvolvida e executada pelos governos da *União Sagrada* desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, de 9 de Março de 1916 – e passar a adoptar na prática uma política de contramobilização. Repare-se no seguinte facto histórico que foi da maior importância política para o desfecho de La Lys, ainda a ditadura não tinha um mês de existência e já o major doutor Sidónio Pais assinava a Convenção de 21 de Janeiro de 1918, pela qual passaria a haver uma só “Divisão na frente, integrada num Corpo do Exército Britânico e com uma Divisão em reserva a fornecer reforços.”²⁹ Há também que ter em linha de conta que tal convenção – assim designada pelo capitão Augusto Casimiro – assinada com o governo britânico suscitou, de imediato, uma reacção negativa do Estado-Maior do CEP. O que significa que os elementos que o compunham não foram consultados sobre o seu teor ou no mínimo discordaram das suas consequências militares, facto que revela, só por si, uma enorme imprudência política e militar da parte de Sidónio Pais. Na sequência deste compromisso, vários oficiais apresentaram os seus pedidos de demissão e “os generais Tamagnini de Abreu e Gomes da Costa não esconderam o seu desagrado por uma solução prática, mas lesiva da autonomia e dos brios nacionalistas das forças portuguesas.”³⁰ O mal estar criado no Estado-Maior da Flandres pela assinatura da convenção foi de tal forma profundo que o comandante do CEP, o general Tamagnini de Abreu, deslocou-se de propósito a Lisboa para desenvolver conversações com Sidónio Pais (1872-1918) e aproveitar para lhe apresentar uma contra-proposta alternativa para fazer chegar rapidamente ao Comando britânico em França. Em vão esta e outras propostas foram equacionadas, uma vez que não restavam dúvidas sobre o objectivo e a intenção de Sidónio Pais em querer reduzir, a todo o custo, o esforço de guerra de Portugal na Flandres. Na verdade, sabemos hoje que a redução

do esforço de guerra na Flandres terá constituído mesmo uma das motivações mais fortes para aliciar os chamados “cadetes” do Sidónio para a realização do golpe e, neste sentido, inscrevia-se nos objectivos principais da agenda política imediata a concretizar no período a seguir ao golpe deembrista e à conquista do poder. Só assim encontramos uma explicação plausível para a assinatura precipitada por Sidónio Pais da Convenção com a Inglaterra, logo a 21 de Janeiro, e sem consultar, prévia e ponderadamente, o Estado-Maior do CEP.

As mudanças operadas na condução da política de guerra prefiguram e determinam, por sua vez, uma previsível quebra na conduta militar do CEP. Recorramos ao testemunho de Francisco da Cunha Leal, um deputado da “Situação” que nascera para a política em pleno sidonismo e ocupou então o cargo de Director Geral dos Transportes Terrestres. Este confirma que a partir do deembrismo “o CEP, por assim dizer, foi abandonado às investidas dum destino pouco fagueiro.”³¹

Quando a ofensiva alemã do Somme era já uma evidência dados os aumentos da intensidade dos bombardeamentos e dos *raids* alemães durante os últimos dias de Março, vejamos o depoimento que Jaime Cortesão publicou e que foi prestado na primeira pessoa pelo capitão Queirós do regimento de Infantaria 20, quando aquele lhe deu assistência médica no Hospital de Sangue n.º 2 em Saint Venaint, a propósito dos acontecimentos da Batalha de La Lys. Nas palavras de Cortesão encontrava-se aquele oficial ainda “posseído daquela visão de inferno. Como alguém escapo a um cataclismo, treme todo ainda do grande arrepio.”³² Segundo o testemunho do capitão Queirós havia sido às 4 da madrugada que começara “um dilúvio de metralha tão formidável, como nunca vi nem sonhei. A tempestade de ferro durou horas.”³³ E é um outro soldado ferido e acamado ao lado que confirma este cenário dantesco ao afirmar: “Eu vi, eu vi: Ao atravessar os campos as granadas caíam aos milhares! Alevantavam o chão todo! A terra fervia em cachão!” E prossegue o capitão Queirós para afirmar que os alemães chegaram a fuzilar os soldados portugueses:

Depois ao vir da manhã atacaram. Atacaram em massa, às ondas, sempre em ondas, numa catadupa de homens. Só muito perto os vimos surgir do nevoeiro espesso da manhã. De nós os que ficámos, raros intactos, resistimos até à última. Houve cargas de baioneta. Uma fúria! Tu sabes: a cousa que mais detesto são os falsos heróis. Mas ninguém, ninguém faria mais. E tu conheces como estávamos cansados... A seguir abateram ou manietaram tudo à força do número. Vi junto de mim, ali ao pé, oficiais alemães, pistola em punho, atirando sobre os poucos que tentavam salvar-se. Eu próprio estive envolvido. Atirei sobre um. Resisti. Furtei-me. O nevoeiro, o fumo da pólvora, a poeira levantada no ar eram tão densos, que pude escapar com duas ordenanças. Todo o meu terror era cair prisioneiro. Antes morrer, morrer mil vezes!³⁴

Poder-se-á objectar, do ponto de vista histórico, que não basta cruzar o testemunho de um oficial para se falar da existência de massacres, fuzilamentos e de execuções sumárias, realizados pelos alemães sobre os soldados portugueses em La Lys. Recorramos à *Relação dos Militares Portugueses sepultados nos Cemitérios de Richebourg l'Avoué, Boulogne s/Mer e Antuérpia*, publicada em 1937 pelo Ministério da Guerra, cujo titular da pasta era Salazar. Em pleno Estado Novo afirmava-se que oficialmente o “número total de militares portugueses mortos e desaparecidos na Grande Guerra, em França, foi de 2 089 mortos e 191 desaparecidos.”³⁵ Analisando em pormenor esta relação dos militares portugueses com sepultura e olhando para aqueles que morreram em combate no fatídico dia de 9 de Abril de 1918 verificamos que foram 173 aqueles que tiveram sepultura definitiva em Richebourg l'Avoué. Acontece que 114 dessas sepulturas são de militares desconhecidos, o que nos permite afirmar com rigor que 66% dos soldados que morreram em combate na batalha de La Lys ficaram com os cadáveres completamente desfigurados, ao ponto de não ter sido possível a sua identificação. É de acrescentar que nesta relação o número total de militares desconhecidos é de 241, a qual indica que cerca de metade desse número quase que se registou no dia 9 de Abril, tal foi a dimensão do ardor e da violência dos combates marciais que ocorreram na batalha de La Lys. Acrescente-se, ainda, que do total destes 173 mortos em combate 14 integravam a classe de oficiais, 3 eram sargentos e os restantes 156 pertenciam à classe de soldados (cabos e praças). Este tipo de análise ajuda a dar consistência e veracidade histórica aos relatos e testemunhos dos antigos combatentes como Augusto Casimiro e Jaime Cortesão.

São episódios como este de autêntica brutalização e de assassinato em série ocorridos durante a I Guerra Mundial, com a inerente violação de todas as leis e códigos internacionais sobre a conduta de guerra e a sua consequente apresentação perante a opinião pública como uma espécie de sacrifício glorioso em nome da pátria, que levaram o historiador George Mosse a escrever que, mais tarde, a experiência e a estética da guerra serviram em pleno os propósitos do fascismo, na medida em que o mito da experiência da guerra tornou a violência, a propaganda e a própria estética fascistas mais “aceitáveis” e mais “atractivas”. É claro que isto dentro daquilo que será a lógica e a dinâmica próprias do fascismo, porquanto este introduziu na acção política um registo estético de inspiração marcial, de violência e de brutalidade, nunca antes observado e que foi inspirado no mito e nos ritos da experiência de guerra cultivados pelos antigos combatentes.³⁶ Neste sentido, e uma vez mais, a geração portuguesa que participou na guerra de 1914 viveu e conheceu experiências de um enorme e intenso sofrimento humano na frente de combate e, portanto, não ficou imune a este processo

de brutalização. O fenómeno da nacionalização das massas que a guerra possibilitou e acelerou passou, inevitavelmente, por esta experiência de brutalização a que toda uma geração foi sujeita nas trincheiras e nos campos de batalha da I Guerra Mundial.

Vejamos outra vez o testemunho do médico Jaime Cortesão que, no próprio dia 9 de Abril, prestou serviço de apoio cirúrgico no Hospital de Sangue n.º 2, em Saint Venaint, ainda que numa situação de convalescença resultante de um recente gaseamento e de um estado de cegueira a que fora sujeito no final do mês de Março:

Chego à janela: uma turba que a bruma do dia afunda, invadiu as ruas do parque e a antiga solidão de grupos gesticulantes, acampamentos de acaso, de mantas, máscaras, mochilas e armas, abandonadas sobre a relva dos talhões. Mais e mais grupos entram. Uma ambulância automóvel desliza lentamente e pára em baixo à porta. Do fundo, com vagar saem em braços volumes humanos, as cabeças e os membros descaídos. Os meus olhos, cuja névoa de sangue deixa apenas entrever as coisas, desta distância enxergam tudo aquilo em sombras moventes...

– Vai encher-se tudo com feridos, – dizem.

Resolvo então ir ajudar os camaradas, que lá em baixo se extenuam na faina cirúrgica...

Lançados ao acaso sobre as macas, os feridos de mais gravidade esperam a sua vez. Um cheiro pesado e morno a éter, sangue e entranhas violadas entontece e engulha. À beira deste ou daquele pingam nascentes de sangue. O chão é todo manchado pelo rio vermelho da vida que extravasa.

Oh! Mas este odor a matança é intragável.

Um homem com a cara cor de chumbo e lama, sacode no ar um coto de braço empanado, todo rútilo de sangue, e implora uivando:

- Não me deixem morrer! Tenham pena de mim!

Ali, para um canto, caiu uma horrível massa humana ensanguentada e informe; não se lhe vê a cabeça, todavia aquilo geme numa suprema despedida, muito baixinho, de cortar o peito:

Ai! minha rica mãezinha! – como um degolado, cuja voz, tão sentida é, nascesse do próprio coração...

Oficiais gaseados entram constantemente. Os dois primeiros já morreram de colapso cardíaco. Um tem na cara roxa de defunto uns olhos rubros de laca. Outro vêm, figuras lívidas, queimadas, farrapos, e crostas de lama, cambaleiam, desabam sobre as camas e depois que os despem ficam longamente sem falar nem bulir.

Há-os sacudidos de vômitos brancos, intermináveis.

– Da minha bateria escapei só eu, – diz um.

E aquele que está sentado, com a cabeça entre as mãos e os olhos perdidos, repete com voz cava, falando consigo:

Foi o Alcácer-Quibir do C. E. P.³⁷

Pode colocar-se a questão de saber se a seguir a La Lys Sidónio Pais não emendou a mão e procurou resolver os problemas de insuficiente preparação e de equipamento que o CEP continuava a revelar. Recorramos, assim, ao depoimento de Cunha Leal (1888-1970), uma figura que como já dissemos nasce para a política, justamente, por ter sido eleito como deputado para o parlamento da “República Nova” pelas listas do partido sidonista, o Partido Nacional Republicano (PNR), sendo que nesta altura estaria próximo das posições de Machado Santos. Entre as poucas sessões que resultaram da reunião do parlamento dezanovista - Julho, Agosto e Novembro, Dezembro de 1918 - encontramos uma intervenção de Cunha Leal, datada de 1 de Agosto, em que este dá testemunho pessoal da sua experiência de combate em França e avalia a ética dos deputados democráticos que foram combater como voluntários para o *front*, tal como confirma que a “Situação” sidonista nada estava a fazer para alterar o estado de coisas no seio do CEP. Assim, sobre a coragem e consequência política da atitude dos deputados democráticos em se alistarem para irem combater, disse:

Fui companheiro em França de alguns dos homens que foram nesta casa alcunhados de empreiteiros da guerra, de alguns indivíduos que, depois de terem levado o país à cooperação militar com os aliados, deram, nos campos de batalha, o seu esforço, arriscaram a sua vida ou ficaram prisioneiros dos alemães. E a mim cabe-me apontar, para exemplo do que afirmo, o nome dos dois irmãos Olavos, que honraram lá fora a Pátria portuguesa. (...)

Estive em França - repito - e encontrei lá muitos desses homens. Nunca me esqueci de queéramos adversários, nunca tive relações pessoais íntimas com nenhum dos deputados democráticos, mas não posso de modo algum deixar de saudá-los daqui como bons, valentes e leais portugueses. (...)³⁸

No que respeita à inexistência de esforço do major doutor Sidónio Pais em preparar e equipar adequadamente as tropas expedicionárias, disse o então oficial do exército Cunha Leal e adversário político dos deputados democráticos, enquanto deputado da “Situação”:

Foram imprevidentes os homens que levaram a efeito a nossa intervenção, mas imprevidentes estamos sendo nós também, pois que apesar de as circunstâncias ainda nos poderem obrigar ao envio de mais tropas para França, continuamos sem prestar o necessário cuidado à sua preparação³⁹

O regresso a Portugal de Jaime Cortesão teve lugar em Janeiro de 1919 e aconteceu numa altura em que estava novamente gaseado, não obstante este foi o momento para as

autoridades dezembristas que ainda estavam no poder o prenderem. O fim da ditadura sidonista e os acontecimentos trágicos da Monarquia do Norte lançaram o país numa espiral de repressão e de violência, a qual só teve cobro com a reacção republicana de Monsanto. Era muito claro que o sidonismo representara uma primeira experiência política de combate em nome de um projecto de república não democrática. Neste contexto político e social, serão os oficiais ligados ao PRP/PD que sofrerão na pele a repressão, como nos dá testemunho o então capitão médico voluntário que esteve preso, e incomunicável durante três meses, sem culpa formada. Ele que havia sido gaseado e cegara temporariamente na frente de combate, factos que aliados à sua bravura determinaram ser condecorado com a Cruz de Guerra,⁴⁰ na sequência dos acontecimentos trágicos da Batalha de La Lys, de 9 de Abril de 1918 :

Todavia, à minha volta, acto a acto, desenrolava-se a tragicomédia dezembrista envolvendo tudo e todos em ondas torvas.

Homens de tendências as mais diversas tinham encontrado a palavra milagrosa sobre que assentar o seu escuro pacto: - o combate à demagogia.

Começaram a prender-se aos milhares, por simples suspeitas, os republicanos. Quando estes acrescentavam a qualidade de oficiais do CEP, eram por via de regra encarcerados. Assaltaram-se os jornais periodicamente. Instituições e casas particulares não escaparam também. Em Lisboa e Porto os presos foram espancados e assassinados. Uma horda impune e anónima fazia pelas ruas perseguições a cavalo marinho e a tiro. Homens, os mais enxovalhados e brutalizados por uma escumalha mercenária, sob as ordens e a protecção de muitas autoridades. A isto se chamou combater a demagogia...

Quando, ainda fraquíssimo, repousava, com licença da junta para me tratar em sanatório, prenderam-me e encerraram-me numa cela da Penitenciária. É claro os meus males agravaram-se de tal modo que, passados quinze dias recolhi em estado grave a um hospital militar, onde permaneci preso, durante três meses.⁴¹

5. O afastamento da vida partidária e o início de uma exemplar intervenção política e cívica

As *Memórias da Grande Guerra* terminam com um Post-Scriptum. Neste pode ler-se que a escrita deste livro tinha como consequência, lógica e moral, o seu afastamento da vida partidária.⁴² Repare-se que se trata da vida partidária e não da vida política e cívica. Por outro lado, esta decisão havia sido tomada antes da partida para França e foi adiada até ao regresso

dos republicanos constitucionalistas ao poder em 1919.

Jaime Cortesão critica, então, um aspecto negativo da vida partidária portuguesa e que consiste no facto desta girar em torno das pessoas e não no combate pelas ideias políticas, o qual segundo ele seria um vício herdado da educação monárquica, veja-se:

Desgraçadamente a vida partidária em Portugal gira ainda em volta da educação monárquica. Quem dentro dos partidos quiser servir ideais, obriga-se principalmente a servir os homens.⁴³

No caso pessoal do nosso autor considera que a sua maior actividade partidária realizara-se em torno da guerra. Afirma mesmo que a existência do PRP/PD justificava-se pelo papel decisivo que este teve na realização de uma política intervencionista consequente e coerente. E acrescenta que, no seu caso, levava ”nesse particular, até às últimas consequências as responsabilidades do meu credo.”⁴⁴

E identifica a seguir aquela que deve ser, em sua opinião, a grande missão da República e dos republicanos:

Hoje a grande obra de defesa da República é actualizá-la com nobreza e inteligência. A única maneira de a garantir é torná-la progressiva e fecunda, fazê-la entrar nas grandes correntes do trabalho moderno.⁴⁵

Pensamos que Jaime Cortesão julgava que depois do sacrifício nacional e pessoal que representara a participação de Portugal na I Guerra Mundial, daí em diante, a sua missão consistiria em travar um combate no campo intelectual, no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as instituições republicanas. Ele que sacrificara tudo na vida perante o incerto e o duvidoso que era fazer a guerra, conquistara um enorme prestígio moral e político que lhe permitiu ser nomeado e exercer as funções de director da Biblioteca Nacional, entre 1919 e 1927, a qual se torna sobre a sua égide um importante centro de estudos e de convívio intelectual, aberto às mais díspares correntes de opinião política. Frequentavam-na vários grupos de intelectuais e até dirigentes do movimento sindical, como precisou bem David Ferreira, a saber: Raul Proença, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Raul Brandão, Teixeira de Pascoais, Viana da Mota, Manuel Joaquim de Sousa e Alexandre Vieira, entre outros.⁴⁶

É ainda na direcção da Biblioteca Nacional que Jaime Cortesão envereda pelo trabalho de historiador, por isso, no ano de 1922, além de integrar a missão que vai ao Brasil e acompanha o presidente da República António José de Almeida quando da comemoração do Centenário da independência deste país, publica o seu primeiro livro de história com o título *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*.⁴⁷ Estava inaugurado, desta forma, o segundo segmento da sua trajectória de vida e do seu comportamento político, enquanto intelectual que vai dedicar, de agora em diante, uma grande parte da sua vida ao trabalho de historiador especialista em História da Expansão Ultramarina e da Formação do Brasil, e cuja obra veio renovar estes domínios da historiografia.

Porém, a decisão que tomara em 1919 de abandonar a vida partidária não significa abandonar a acção política, isso mesmo escreveu nas suas *Memórias da Grande Guerra*, onde também se pode ler:

Por mim não abandono a vida política, como alguém que um dia professou ideais ardentemente, a não pode abandonar.”⁴⁸

Assim se compreende que quando tem lugar o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, conduzido pelo general Gomes da Costa e que suspendeu, uma vez mais, a Constituição de 1911 e instaurou a Ditadura Militar, Jaime Cortesão vai estar do lado dos republicanos “Revirahistas” e integra a Junta Revolucionária do Porto de 3 de Fevereiro de 1927. Malgrado o movimento, parte para o exílio francês e é demitido de director da Biblioteca Nacional. Em França trabalha na Biblioteca de Paris e nos Arquivos de França. Em 1930 publica, em Bruxelas, *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation* e, posteriormente, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*.

Em 1931 e 1932, com a proclamação da República em Espanha, Jaime Cortesão, com outros emigrados, instala-se neste país. Constitui o “Grupo dos Budas” em Madrid. Trabalha no Arquivo das Índias de Sevilha e realiza um Curso de Descobrimentos Atlânticos na Universidade de Sevilha. Entre 1931 e 1934 escreve para a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres uma série de trabalhos, num total de cerca de 500 páginas, sobre a temática da expansão portuguesa. Em 1939 foge de Espanha para França, quando da entrada das tropas franquistas na cidade de Barcelona. Instala-se em Paris e mais tarde em Biarritz.

Regressa a Portugal no ano de 1940 com outros emigrados, nomeadamente o antigo presidente da República Bernardino Machado. Preso na fronteira, é enviado para a fortaleza de Peniche e depois para o Aljube em Lisboa. Publica uma série de trabalhos e faz

comunicações no Congresso do Mundo Português. Neste ano é-lhe permitida a ida para o Brasil. Em Janeiro de 1941 entra para o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores. Em 1943 publica *A Carta de Pêro Vaz de Caminha* no Rio de Janeiro. No ano de 1944 o Ministério das Relações Exteriores do Brasil convida Jaime Cortesão a reger o Curso para Diplomatas de “História da Cartografia do Brasil e que logo se transforma em “História da formação territorial do Brasil”. É impossível aqui identificar todos os trabalhos que publicou no Brasil entre 1944 e 1957, ano do seu regresso a Portugal. Todavia, sempre lembramos que em 1952 foi encarregado da organização da Exposição Histórica de São Paulo. Em 1955 publica no Rio de Janeiro *A Fundação de S. Paulo – capital geográfica do Brasil*.

Só regressa a Portugal em 1957, ano em que lhe foi concedido o título de “Cidadão benemérito de São Paulo”, em homenagem à maneira brilhante como organizara a Exposição Histórica do IV Centenário dessa cidade. É homenageado no concelho natal de Cantanhede. É preso, com 74 anos de idade, no forte de Caxias, juntamente com António Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes, e solto, após uma vigorosa campanha e protesto da imprensa brasileira. Segundo Óscar Lopes, assume o papel de mentor intelectual da oposição portuguesa, sendo o seu nome indigitado para candidato da oposição à Presidência da República, honra que declina. Até ao seu falecimento, em 14 de Agosto de 1960, continua a publicar uma série de trabalhos no campo da historiografia, entre os quais avultam *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (1958) e *Os Descobrimentos Portugueses* (vol. I).⁴⁹

Conclusões:

Mais de noventa anos são passados sobre a 1.ª edição das *Memórias da Grande Guerra (1916-19)* e a sua leitura tem um grande interesse histórico. E cremos que à época (1919) a sua publicação revelou-se premunitória, em relação à instabilidade política e governativa que se vai seguir à guerra durante a 1ª República. Por outro lado, um aspecto negativo da vida partidária portuguesa que Jaime Cortesão critica fortemente e o leva a afastar-se da militância partidária, reside no facto desta girar em torno das pessoas e não no debate das ideias políticas.

Hoje podemos dizer que a experiência ditatorial sidonista revelou ser, com base também no entendimento e testemunho político de Jaime Cortesão, um primeiro confronto histórico de projectos republicanos antagónicos, o democrático e o ditatorial, o qual conhecerá posteriores e trágicos desenvolvimentos no período a seguir à I Guerra Mundial. Também na nossa interpretação, a experiência sidonista de poder anuncia e prefigura a Ditadura Militar e, em grande medida, o Estado Novo de Salazar. Do ponto de vista da história das ideias

políticas, o conceito de fascismo catedrático é aquele que melhor explica as relações históricas entre as experiências ditatoriais sidonista e salazarista.

É fundamental constatar que os principais protagonistas políticos deste livro de *Memórias* de Jaime Cortesão, e que nele surgem como os grandes responsáveis históricos pela condução da política intervencionista de Portugal na I Guerra Mundial, virão a tornar-se nalguns dos mais destacados opositores republicanos democratas ao Estado Novo de Salazar, respectivamente: Bernardino Machado (1855-1944), Afonso Costa (1871-1937), Norton de Matos (1867-1955) e o próprio Jaime Cortesão (1884-1960).

¹ Dr. em História Contemporânea. Universidade de Coimbra.

² José Mendes Ribeiro Norton, In A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República 1910-1926* (Lisboa, Assembleia da República 2000) 293.

³ Cf. Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso* (Coimbra, Minerva 1999) 41.

⁴ Cf. António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. (Lisboa, Gradiva 1990).

⁵ Jaime Cortesão, *O Infante de Sagres: Drama épico em IV actos*. (S.l., Edições Marânus 1960) 14-15.

⁶ Jaime Cortesão, *O Infante de Sagres: Drama épico em IV actos*, 15.

⁷ Cf. Óscar Lopes (Coord.), *Jaime Cortesão* (Lisboa, Arcádia) 49-53.

⁸ Cf. Id., *O Infante de Sagres*, 15.

⁹ Cf. Jorge Pais de Sousa, *Guerra e Nacionalismo, na I República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura 1914-1939* (Coimbra, FLUC 2009). Tese que se encontra no prelo.

¹⁰ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* (Lisboa, Portugalíia 1969) 13-14.

¹¹ Id., *Obras Completas XII: A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* (Lisboa, Portugalíia 1967).

¹² Cf. Óscar Lops (Coord.), *Jaime Cortesão 2*.

¹³ Seguiremos ao longo do texto a edição das *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* (Lisboa, Portugalíia 1969) 20. Volume que foi editado 50 anos mais tarde e, portanto, apesar de tudo é mais fácil de aceder, sendo que também não apresenta alterações em relação ao texto da edição original. Todavia, esta última saiu a público com um subtítulo cronológico, além de possuir mais e diferentes fotografias, bem como o mapa onde operou o CEP. Factos estes que a tornam mais rica em termos documentais, para este efeito compulse-se Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra 1916~1919* (Porto, Renascença Portuguesa 1919).

¹⁴ Cf. Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República 1916-1918* (Coimbra, IUC 2010) 49-92.

¹⁵ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 26.

¹⁶ Id., *o. c.*, 31.

¹⁷ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 28.

¹⁸ Id., *o. c.*, 49.

¹⁹ Id., *o. c.*, 53-54.

²⁰ “Nos círculos militar, machadista e unionista [o partido a que pertencia o major doutor Sidónio Pais que regressara da Alemanha e permanecia, oficialmente, em Lisboa, a aguardar colocação do Ministério dos Negócios Estrangeiros], o fermento da revolta cresceu e mobilizou vontades sem grande secretismo. É sabido que desde Outubro [de 1916] os Serviços de Informação do Ministério da Guerra, chefiados pelo capitão Luís Galhardo, conheciam os preparativos de manifestações programadas para o momento da primeira partida de forças expedicionárias, não tendo, no início de Dezembro, dúvidas sobre a ocorrência de *prováveis motins e pronunciamentos militares*. E segundo os ditos Serviços havia mesmo contactos e cumplicidades entre Brito Camacho, Alfredo de Magalhães e Machado Santos para a eclosão de um movimento que contaria com a cooperação de sindicalistas, que procurariam fazer reclamações de cariz operário para aumentar a agitação.” Citado em Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo: História de uma vida*, vol. I (Coimbra, IUC 2006) 399.

²¹ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 56.

-
- ²² Id., o. c. 57-58.
- ²³ Cf., Id., o. c. 57.
- ²⁴ Id., o. c., 58.
- ²⁵ Id., o. c. 59.
- ²⁶ José Mendes Ribeiro Norton de Matos, In A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República 1910-1926*, p. 293.
- ²⁷ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra*, 116,117 e 118.
- ²⁸ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 115-121.
- ²⁹ Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo: História de um caso político*, vol. 2 54.
- ³⁰ Id., *ibidem*.
- ³¹ Cunha Leal, *As Minhas Memórias: Coisas de Tempos Idos: Na Periferia do Tufão de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, vol. II (Lisboa, ed. Autor 1967) 89.
- ³² Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 224.
- ³³ Id., *ibidem*.
- ³⁴ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 225.
- ³⁵ Cf. Ministério da Guerra. Serviço das Sepulturas de Guerra no Estrangeiro, *Relação dos Militares Portugueses sepultados nos Cemitérios de Richebourg l'Avoué, Boulogne s/Mer e Antuérpia*, [Lisboa, 1937) 1.
- ³⁶ Cf. George Mosse, *Masses and Man: Nationalist and Fascist Perceptions of Reality* (Detroit, Wayne State University Press 1987) 172-173.
- ³⁷ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra*, 220-224.
- ³⁸ Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República 1918-1926* Vol. I, (Lisboa, Assembleia da República 2002) 51.
- ³⁹ Id., o. c. 52.
- ⁴⁰ Cf. Cronologia, In Jaime Cortesão Raul Proença: *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário 1884-1984* (Lisboa, Biblioteca Nacional 1985) 216.
- ⁴¹ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 235-236.
- ⁴² Cf. Id., o. c. 259.
- ⁴³ Id., o. c. 260.
- ⁴⁴ Id., *Ibidem*.
- ⁴⁵ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 261.
- ⁴⁶ Cf. David Ferreira, O chamado “Grupo da Biblioteca”, In Jaime Cortesão Raul Proença: *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário 1884-1984*, 305-313.
- ⁴⁷ Jaime Cortesão, *Obras Completas XII: A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugalíia 1967.
- ⁴⁸ Jaime Cortesão, *Obras Completas XVII: Memórias da Grande Guerra* 262.
- ⁴⁹ Cf. Óscar Lopes (Coord.), *Jaime Cortesão* 56-65.